

# CAMINHOS E MURALHAS DE BRAGA \*

---

FRANCISCO SANDE LEMOS

## 1. INTRODUÇÃO

A perspectiva em que se situa este texto é especificamente arqueológica, colocando-se, preferencialmente, na esfera de longa duração e admitindo o tempo como um espaço com várias escalas e níveis.

Por isso, julgo que são oportunas algumas palavras prévias, já que destacaremos a linhas de continuidade e de ruptura na História Urbana, optando por um discurso algo fragmentado. Fragmentado por opção teórica e por reconhecimento expresso das várias quebras e fissuras cognitivas. Num campo em que as interrogações e dúvidas predominam é forçoso que a palavra seja fragmentada e as contradições sublinhadas, abrindo campo a novas hipóteses e trabalhos. Começamos, pois, por nos interrogar, brevemente, sobre o tempo e o espaço, já que este texto se situa, como dissémos, no âmbito de longa duração.

As raízes judaico-cristãs, mal grado o choque do Darwinismo e o insistente discurso dos modernistas, ainda pesam muito na formação dos conhecimentos em matéria de espaço e tempo, no campo da Arqueologia, que tende para uma concepção linear do passado, encarado como uma matriz

---

\* Texto desenvolvido a partir do tema de uma palestra proferida, na primavera de 1994, a convite da Biblioteca Pública de Braga.

lisa em que se inscrevem o saber e as cronologias. Por outra via, aproxima-se do conceito circular do espaço dos Nuer (CLARK 1992, 32), um povo africano, conceito que é o produto acabado e necessário do pensamento selvagem, para utilizar o título do célebre livro de Claude Lévy-Strauss (1962). Claro que hoje sabemos que o sol não gira em volta da terra e que cada aldeia não é o centro do Cosmos. Sabemos, também, que o tempo não é linear, mas complexo, como nos ensinou Marc Bloch (1964), num texto escrito num momento (1941) em que as ideologias e discursos totalitários proclamaram, em vão, o fim da História e o advento de um tempo definitivo (o Reich Milenar ou a URSS).

E, todavia, os conceitos circulares e lineares do tempo, e do espaço, mal grado os ensinamentos dos filósofos contemporâneos e da História recente infiltram-se, insistentemente, nos discursos e sínteses cognitivas.

Nesta nossa breve intervenção procuramos, pelo contrário, evidenciar que a História não é geométrica, que os pormenores são, por vezes, os elementos mais curiosos e elucidativos. A descoberta, ou as primeiras evidências, são apenas a esfera inicial e nebulosa do conhecimento, expansível em anéis de multiplas leituras.

Ao longo de muitas décadas, a Arqueologia, mais preocupada em detectar diferenças e estabelecer cronologias cada vez mais finas, esqueceu a complexidade do tempo e as evidências de longa duração que, no entanto, podem ser assaz esclarecedoras sobre os episódios de continuidade e mudança, em que se fragmenta, ou cristaliza, a História.

Hoje consolida-se uma abordagem aberta das evidências arqueológicas.

Neste novo contexto metodológico, entre outros aspectos, sobre as quais seria ocioso falar destacam-se como possíveis evidências de longa duração, os caminhos e as muralhas, bem como a própria morfologia urbana. Uns e outros implicam e expressam um forte investimento económico e simbólico das comunidades e uma longa continuidade na sua manutenção, como se verificou, por exemplo no estudo da Geira (*Via Nova* ou via XVIII do Itinerário de Antonino) (BAPTISTA *et alii* 1996; LEMOS e BAPTISTA 1996). Os caminhos e as muralhas são elementos fortes no ordenamento do espaço e do tempo.

A abertura de uma rede de caminhos pensada, mantida e estruturada como tal, é uma invenção que ocorreu em momentos diferentes e em diferentes locais do globo, sem contactos entre si, tal como a descoberta da agricultura. No continente americano surgem redes de caminhos associados a culturas complexas (TAINTER 1982). Em África, nos estados inter-lacustres, nos reinos de Buganda e Ruanda (MAIR 1988, 120).

Na Europa Ocidental, alguns autores referem-se a corredores naturais de circulação, implícitos, aliás, no conhecimento da roda e da sua utilização em carros de combate e de transporte. Mário Varela Gomes (1992), chegou mesmo a desenhar um hipotético mapa dos principais corredores que cruzavam o ocidente peninsular.

Todavia, na Europa, uma rede oficial de caminhos, obedecendo a uma estratégia de conquista de território, de afirmação do poder político e adminis-

trativo, de ordenamento da paisagem, apenas se generaliza com o Império Romano (TRANOY 1996). A imagem dos *agrimensores* delineando um novo espaço geométrico, imposto ao quadro paisagístico natural, é expressiva de uma nova ordem em que a comunicação de decisões, circulação de pessoas e bens numa escala de tempo mais acelerado é decisiva. Por detrás da rede de caminhos lageados e de pontes, erguidas em excelente alvenaria, está o *Cursus Publicus*.

A par das estradas, as muralhas parecem ser uma das outras invenções das comunidades humanas condenadas ao sucesso. Uma das áreas prováveis de invenção foi o Próximo Oriente, onde são conhecidas as muralhas que protegiam Jericó, uma das mais antigas cidade da zona. Numa representação suméria distinguem-se com nitidez as linhas da muralha (HARVEY 1980, 123), imagem ainda mais expressiva num baixo relevo de Ninive (HARVEY 1980, 52).

As muralhas foram interpretadas durante muitas décadas como estruturas defensivas, imaginando os arqueólogos sucessivos cercos, combates, operações de rapina, dramas violentos. Evidentemente, as muralhas são uma obra que também obedece a fins militares, ou a propósitos defensivos. Mas, as muralhas serviam, paralelamente, para separar espaços urbano e rural, espaços sagrado e profano, o mundo dos vivos do universo dos mortos. Mais ainda, as muralhas funcionaram como pontos ordenadores da paisagem, à semelhança dos caminhos e como afirmação do poder político estável e protector. A muralha erguida num ponto alto, dominando o espaço envolvente, para além do controlo que exercia sobre a área circunvizinha, era avistada pelos habitantes da comunidade que, disseminados pelos campos próximos, ou longínquos, se dedicavam aos labores agrícolas, de pastoreio ou de recollecção. Constituíam um ponto fulcral de orientação. Familiares e protectoras (as cercas), ou opressivas (os castelos e as torres senhoriais, por exemplo), estavam presentes no quotidiano.

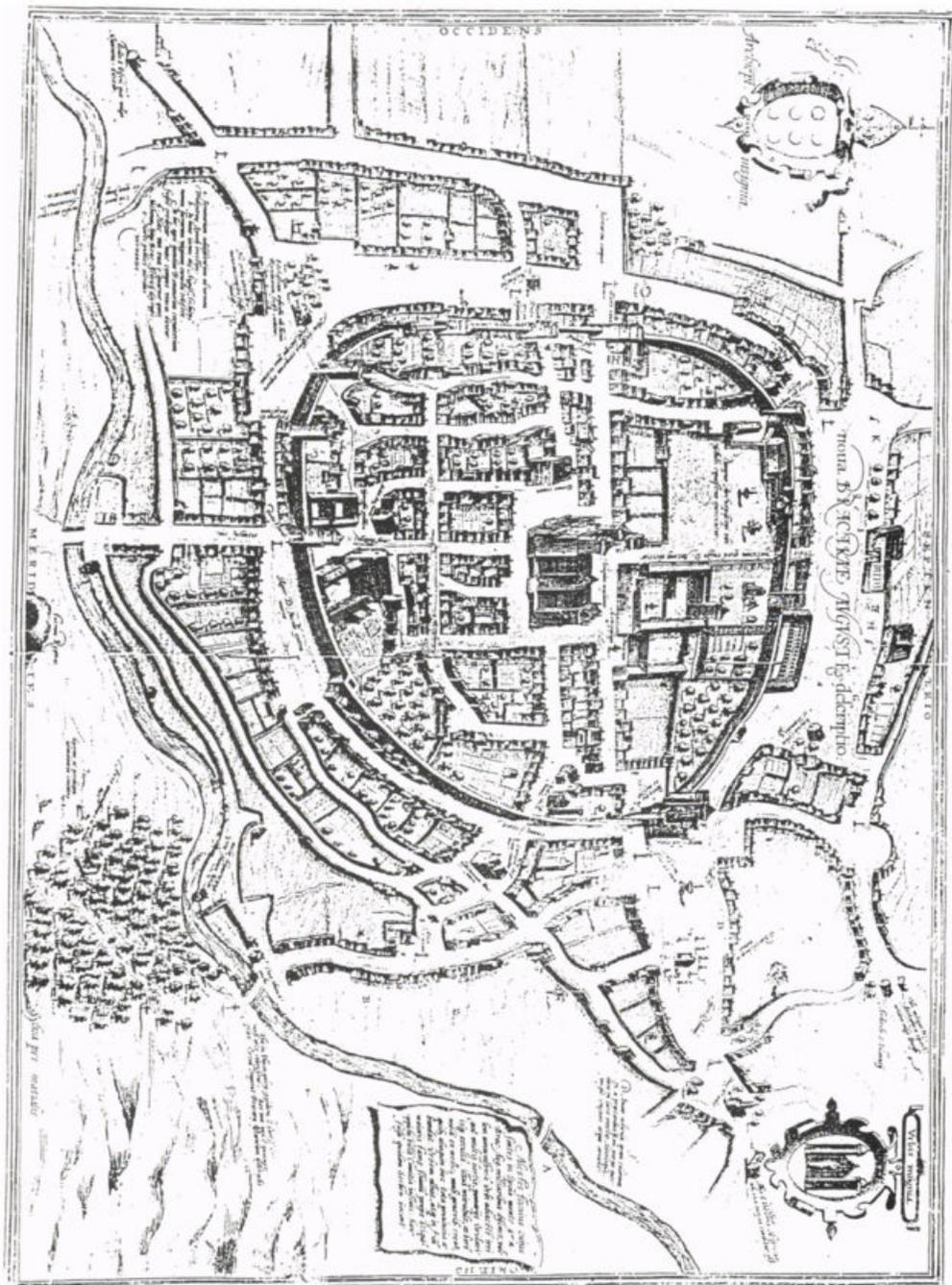
A completar este breve apontamento sobre a polivalência das muralhas, deve assinalar-se, ainda, o seu efeito de prestígio, que terá sido importante no século I d. C. no Noroeste Peninsular. É consensual que as muralhas de pedra picada de numerosos castros, mais do que obras de defesa, seriam afirmações de poderes locais, aliados à nova ordem romana.

Os poderosos *limes* romanos formaram defesas militares sustentadas pela eficácia das legiões, é certo. Mas, sobretudo, separavam o mundo latino, civilizado e culto, do universo de caos, floresta e barbárie, que ameaçava o Mediterrâneo. Quando os invasores quebraram as muralhas, os cristãos da época, como o bispo Idácio (de Chaves), por exemplo, anunciaram o fim dos tempos.

Aliás, diversas muralhas e torres medievais, pela sua fragilidade construtiva evocam preferencialmente funções de prestígio e domínio político.

Seria possível continuar a discutir longamente o significado dos caminhos e muralhas, por longas horas e muitas páginas.

Mas julgo ser a altura de abordar directamente o assunto desta conferência.



Perspectiva da cidade de Braga no séc. XVI. (Mapa de Braunio).

## 2. OS CAMINHOS DE BRAGA

Para Braga, confluíam e de Braga partiam diversos caminhos.

Um dos principais eixos era o atlântico e reunia duas vias. Uma correspondia ao caminho que ligava *Olisipo* (Lisboa) a *Bracara*, passando por *Scallabis* (Santarém), *Sellium* (Tomar), *Conimbriga* (Condeixa), *Aeminium* (Coimbra), *Talabriga* e *Cale* (Porto).

De *Bracara* partia para norte, para *Lucus*, por *Limia* e *Tude*, uma outra via.

No Itinerário de Antonino, um guia da rede viária romana elaborado no século III d. C., a primeira é a via XVI (entre *Olisipo* e *Bracara*) e a segunda a XIX (entre esta cidade e *Lucus*).<sup>1</sup>

Ambos os caminhos datam do tempo de Augusto, a julgar pelos miliários descobertos (ALARCÃO 1988; MANTAS 1995).

Outro grande eixo ligava o litoral nortenho ao interior, à Meseta. Este caminho seguia pelos vales que separavam as serras do Gerês e da Cabreira, pelas portelas que dividem o planalto de Montalegre da serra do Barroso, alcançando deste modo a veiga de *Aquae Flaviae* (Chaves) (BARRADAS 1956). Aqui dispunha-se um segundo entroncamento de caminhos. Mas, o eixo principal seguia sempre para leste, cruzando o planalto de Monforte – Fiães, encostando-se às vertentes meridionais da serra da Coroa e descendo a depressão de Bragança, onde voltava a subir pelo planalto de Deilão (LEMOS 1993). Após ter ultrapassado a serra de la Culebra e cruzado o vale do Tera atingia finalmente *Asturica*, no altiplano leonês (LOEWINHSOHN 1965).

Dependentes destes grandes eixos estabeleceram-se diversas variantes, a fim de servir zonas mais afastadas, ou posteriormente inseridas no universo romano. Por exemplo, na via XVII, foi desenhada mais a sul uma variante, que mais tarde passaria a principal, formando um cotovelo apontado a sul, a partir de Chaves, por Valpaços, Torre de D. Chama e Lamalonga, alcançando a depressão de Bragança pelos contrafortes setentrionais da serra de Nogueira (LEMOS 1993).

Nas regiões montanhosas a noroeste de *Bracara*, foi aberta uma *Via Nova* entre aquela cidade e *Asturica*. Ao contrário das duas vias anteriores, de que temos vindo a falar, e que foram abertas na época de Augusto, este novo caminho, foi construído na dinastia dos Flávios, datando o miliário mais antigo da época de Tito. Esta estrada, a número XVIII<sup>2</sup> do Itinerário de Antonino saía de Braga, em direcção a Amares, subia os flancos meridionais da serra da Abadia, penetrando no coração da serra do Gerês, pelo vale do rio Homem. Na Portela do Homem alcançava a bacia do Lima e o território dos *Quaequerni*. É uma das vias romanas melhor conservadas de toda a Europa meridional.

Ainda do lado norte da cidade de Braga saía outro caminho, em direcção ao litoral noroeste (*Via per loca maritima*, a vigésima do Itinerário de Antonino). Existe consenso que o primeiro troço desta via coincidia com traçado da via XIX do Itinerário de Antonino até Prado, que seria um *vicus* segundo Manuela Martins (1995).

Além dos caminhos que apontámos, outras vias, aliás não referidas no Itinerário de Antonino, partiam de *Bracara* para sul. Uma internava-se na populosa zona que ficava a sul da sede do *conventus* dirigindo-se para o Douro através de Caldas de Vizela e *Tontobriga*.

Embora não estivesse ligada directamente a *Bracara*, pois de facto arrancava da via XVI no vale do Ave, antes do *vicus* de Alvarelhos, outra estrada, não menos importante, dirigia-se para sul passando pelo sopé oriental do Monte Padrão, da Citânia de Sanfins e de Monte Mózinho, atingindo directamente o Douro, segundo o mapa delineado por Vasco Mantas (1995).

Como entroncava esta complexa rede de caminhos na cidade romana e até que ponto o seu desenho, influenciou a evolução da cidade pelos séculos adiantes? De facto, numa perspectiva de longa duração interessa distinguir a persistência destas entradas/saídas de Braga, na morfologia da cidade.

A via proveniente de *Olisipo* (via XVI) alcançava a cidade pelo lado oeste, por S. Pedro de Maximinos. Diversos achados e escavações realizadas na década de 80 (MARTINS e DELGADO 1990a) registaram numerosas sepulturas que sugerem uma vasta necrópole disposta ao longo do caminho o qual conduzia a uma das portas da cidade romana identificada com mais segurança, a correspondente ao extremo oeste do *Decumanus Maximus*, cujo traçado sobreviveu na rua de S. Sebastião.

A exacta localização da saída das vias XIX e XX, em direcção a *Lucus Augusti* (Lugo) continua por esclarecer. No traçado hipodâmico proposto por M. Martins e M. Delgado (1989-1990), deveria existir uma porta a norte. Todavia as sondagens efectuadas no Campo da Vinha (Praça Conde Agrolongo) durante o primeiro semestre de 1995 foram inconclusivas: não foi recolhido qualquer indício da existência de sepulturas. Deve, porém, assinalar-se que o topónimo antigo do Patronato é Casa das Portas e que os eixos dos terraços do jardim dos Biscaínhos coincidem com o traçado hipodâmico da cidade. A porta norte não deve andar muito longe.

Sobre a via XVII (*Bracara a Asturica por Aquae Flaviae*) as dúvidas são poucas: partia da porta leste do *decumanus maximus*.

Contudo, não é possível estabelecer, com segurança, o lugar exacto da porta oriental de *Bracara Augusta*. Situava-se, por certo, a norte da Fonte do Ídolo. Devemos, talvez, admitir que a rua do Raio e a subsequente Travessa dos Congregados correspondiam ao antigo eixo viário que se dirigia para *Aquae Flaviae* (Chaves). Porém, recentes trabalhos efectuados numa antiga clínica, colocam em causa esta hipótese, dado que não foram encontradas sepulturas, ao contrário do que seria lógico.

Quanto à via XVIII o problema parece ser ainda mais complexo. Habitualmente considerava-se que as vias XVII e XVIII saíam de Braga pela mesma porta leste da cidade, inflectindo a *VIA NOVA*, para norte, logo de seguida.

Contudo, a descoberta de sepulturas no extremo nordeste do antigo campo de Santa Ana, ou Avenida Central, foi uma agradável surpresa para os arqueólogos interessados no estudo de *Bracara Augusta*, surpresa que suscita diversas interrogações. A questão primeira, que se coloca, é a de saber se as sepulturas faziam parte da necrópole da via XVII, ou formavam um núcleo distinto. O problema não está solucionado.

É de esperar que os cemitérios se alarguem à medida do correr do tempo. A necrópole da via XVII dispunha-se de acordo com uma lógica temporal: as sepulturas do Largo Carlos Amarante e da Avenida da Liberdade são as mais antigas (Alto Império); as da Cangosta da Palha ou rua dos Congregados, mais afastadas, são atribuíveis ao Baixo Império. Se admitirmos esta lógica as sepulturas da Avenida Central seriam tardias correspondendo a um eventual alargamento no sentido norte da necrópole. Ora o espólio das sepulturas não oferece dúvidas: são enterramentos do século I. Assim, podemos levantar uma outra possibilidade: a hipótese de estarmos perante um núcleo próprio, associado a uma outra porta da cidade, localizada a nordeste e que abria caminho à via XVIII, a *Via Nova*, a qual se dirigia para a serra do Gerês. O traçado das ruas dos Chãos e de S. Vicente marca esta saída da cidade.

A detecção de sepulturas nas escavações da Quinta do Fujacal (norte) e na Rodovia (MARTINS e DELGADO 1989-1990a) confirmam antigos achados e permitem concluir que a porta sul de *Bracara Augusta*, se situava cerca do *terminus* da actual rua de S. Geraldo (ou dos Pelames). Desta porta dirigia-se a estrada que conduzia a Caldas de Vizela e daqui ao Douro (*Bracara-Emerita*).

### 3. AS MURALHAS

Ao longo da sua história a cidade de Braga parece ter sido delimitada por quatro sucessivos circuitos de muralha.

A primeira muralha é, por ora, meramente hipotética. Não se conhece qualquer fundamento arqueológico que prove a sua existência. Porém, deve admitir-se como muito provável que a cidade dos inícios do século I tenha sido delimitada por uma linha defensiva, não só porque assim se verificou noutras cidades da Península, mas também porque se regista nesse contexto histórico um processo em que as fortificações assumem uma forte carga simbólica.

Porém, o traçado exacto de uma eventual muralha do século I permanece inteiramente desconhecido, não se podendo sequer afirmar se teria uma forma elíptica ou rectangular. É possível admitir que um desnível no terreno, observável na encosta sul da colina da Cidade seja um testemunho dessa primeira linha de muralha (MARTINS E DELGADO 1989-1990). No entanto, nunca se realizaram sondagens nesse ponto, de modo a esclarecer essa possibilidade.

Que a cidade romana da segunda metade do século I d. C. excedeu largamente essa eventual primeira muralha, demonstram as estruturas localizadas no Largo do Paço, ou as sondagens abertas no troço inferior da rua dos Bombeiros Voluntários (zonas R, inéditas), bem como os recentes trabalhos arqueológicos realizados aquando da construção do novo bloco operatório do Hospital de Braga (LEMOS 1995).

Uma nova linha fortificada foi erguida no século III d. C. No último quartel deste século o Império sofreu um período de perturbações, conhecidas pelo nome de Anarquia Militar. O fenómeno de construção de muralhas parece ter obedecido mais a razões de ordem estritamente defensiva que a factores de ordenamento do território e de afirmação do poder imperial. Muitas vezes as muralhas reduziram o perímetro das cidades, sacrificando casas importantes, como se verificou em *Conimbriga*, por exemplo.

O troço e a muralha do Baixo-Império em Braga é de dedução mais fácil. Devem ter sido restos desta muralha que foram observados pelos antiquários Bracarenses, na Idade Moderna.

As escavações efectuadas em 1977 junto ao Convento da Regeneração e as recentemente levadas a cabo na Quinta do Fajal proporcionam dados arqueológicos esclarecedores.

O traçado desta muralha seria elíptico. Do ponto de vista arqueológico está documentada na Quinta do Fajal (norte) e a oeste do Convento da Regeneração. Admitia-se que passasse junto à Sé e no extremo sul do Largo das Charvalheiras. As escavações realizadas na rua da Senhora do Leite nada detectaram, assim como o acompanhamento de obras num prédio da rua Visconde Pindela, onde foi aberta uma cave (informação de Armandino Cunha do Gabinete de Arqueologia da C.M.B.).

Pode, pois afirmar-se que o traçado norte desta cerca permanece um mistério. Seja como for, a inferir pelos vestígios descobertos na Quinta do Fajal (norte) era uma poderosa defesa, a cuja protecção recolheriam mais tarde os suevos no regresso dos seus raides a *Conimbriga* ou a *Emerita*.

Até que época sobreviveu esta muralha? Terá ainda servido os habitantes de Braga dos séculos IX e X, e mesmo dos séculos seguintes? Ou terá sido progressivamente abandonada durante os séculos VII e VIII? Ou foi destruída pelas incursões muçulmanas?

Embora sem fundamentos arqueológicos julgamos que Braga foi defendida por uma nova cerca, na época da reconquista. É esta muralha que surge nos documentos medievais do século XII, citados por José Marques e que

teria limite norte junto à Sé (MARQUES 1986). Definir o seu perímetro é assaz difícil, sendo certo que seria uma muralha pouco extensa e que deixava de fora grandes manchas da antiga cidade romana, bem como ruas adjacentes à igreja de S. João do Souto.

A muralha ilustrada no mapa de Braunio é uma nova fortificação que já obedece a uma lógica urbana completamente diferente. A catedral situa-se no ponto central desta nova linha de defesa. A construção de uma nova cerca parece ter começado no século XIII e prolongou-se pelos dois séculos seguintes, a julgar pelos documentos recenseados e divulgados por José Marques (1986). Estes documentos revelam também o sentido do alargamento do perímetro amuralhado, sul-norte, embora não esclareçam se um processo análogo (sul-norte) afectou a cerca alto-medieval na sua parte sul, que aliás poucas edificações poderia proteger. Graças ao alargamento no sentido norte vai não só defender o paço episcopal, com também as suas diversas dependências e hortas. Aliás o posicionamento do castelo, num dos extremos da Cerca, é assaz interessante por forçar a rotação do eixo da cidade, de sudoeste para nordeste. Todavia, a rua do Souto funciona sempre como o eixo ortogonal a partir do qual se desenham novos alinhamentos de ruas e portas. Mas a matriz romana ainda domina na zona a sul e a oeste da Catedral. Com o correr dos séculos registam-se curiosos processos de cerzimento, por influência da forte ortogonalidade da rua do Souto, aliás a rua mais simbólica de Braga medieval e da Idade Moderna, por unir a Sé ao Paço dos Arcebispos.

## CAMINHOS, MURALHAS E MORFOLOGIA URBANA

Tanto as muralhas como as vias moldaram a história e a morfologia de Braga.

Conhece-se muito mal o período da cidade que medeia entre os séculos VII e XII. Deve admitir-se que a morfologia da cidade romana manteve a sua influência, embora com processos de degradação, evidentes em diversas escavações, de que o exemplo mais notório se observa numa das ruas da *insula* das Carvalheiras. Interessante é a existência de paróquias em Maximinos (S. Pedro), S. Vítor, S. Vicente, pontos de entrada/saída da cidade. O posicionamento de S. Lázaro não é tão claro. Santa Maria coincide com a Sé.

Todavia Braga da Baixa Idade Média revela uma nova matriz, muito nítida, bem ilustrada no mapa de Braunio, cujos aspectos simbólicos convém realçar.

A nova morfologia urbana não apaga os eixos anteriores. Verificam-se curiosos fenómenos de cerzimento.

Neste texto seria inviável analisar todos esses processos de adaptação e reconstrução, que se sedimentaram ao longo dos séculos. Vamos apenas referir alguns casos, esperando que no futuro próximo alguém retome este tema de maneira mais profunda e exaustiva.

Por exemplo o processo de reordenamento do espaço na zona de Maximinos, é assaz interessante. Por aqui, tal como vimos, chegava a *Bracara Augusta* a via proveniente de *Olisipo*.

Ora, o reordenamento operado no sistema defensivo da Baixa Idade Média tornou o Arco da Porta Nova uma das principais portas da cidade, diminuindo a importância de S. Sebastião. Assim, articulando uma antiga porta com um nova entrada (Arco da Porta Nova) se estabeleceu um novo eixo de circulação que marcou a fisionomia da cidade ao longo de séculos: a rua da Cruz da Pedra. Só com a abertura da rua do Caires, este eixo passou a ser secundário.

Recentemente a rua Cruz da Pedra dissolveu-se por completo com a urbanização do espaço do antigo SMAE e da Quinta das Hortas.

Outro exemplo: a deslocação pendular da rua dos Pelames ou S. Geraldo, em função do traçado romano. Na rua de S. Geraldo a rotação do eixo para nordeste, terá sido influenciado pela Porta de Santiago. Simbolizando um compromisso temporal entre a geometria de duas cidades romana e medieval.

Outro caso ainda: a deslocação para norte do núcleo urbano, o posicionamento da Cidadela, ou Castelo, e a abertura do Campo de Santana diminuíram por certa a importância da rua do Raio e da travessa dos Congregados como eixo de circulação. Não deixa porém de ser interessante verificar como a referida rua e o campo convergem na direcção da igreja de São Vítor, lugar sagrado que assinalava talvez o ponto extremo da necrópole da via XVII, a julgar pelos achados registados na bibliografia.

Já observámos como as urbanizações da Cruz da Pedra-Campo das Hortas descaracterizaram por completo a zona, destruindo a antiga malha urbana que sobreviveu até ao século XX. As sucessivas obras do Centro Comercial do Rechicho, a construção do Parque Subterrâneo da Avenida Central e a prevista implantação de uma superfície comercial na espaço da antiga clínica têm o mesmo efeito negativo, embora mais atenuado.

A melhor sorte parecem votados o eixo formado pelas ruas dos Chãos e de S. Vicente, a rua de S. Geraldo e o próprio Campo da Vinha, apesar da sua adaptação a parque de estacionamento.

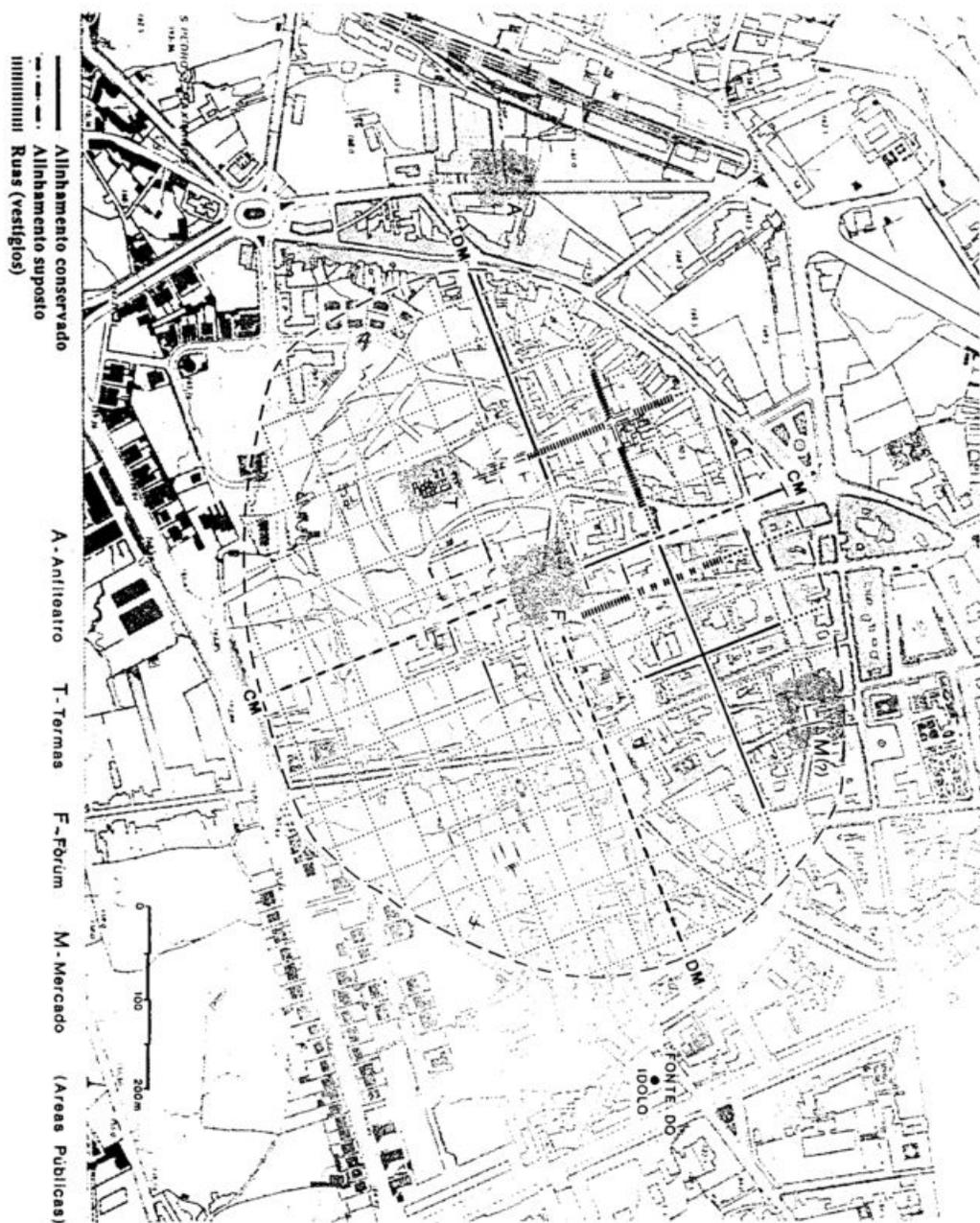
## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo consideramos a possibilidade de terem existido quatro cercas com distintos traçados:

- uma da época de Augusto (século I d. C.)
- outra do Baixo Império e tardo romano (séculos III a VII?)
- uma cerca da Reconquista (séculos X a XII?)
- uma muralha medieval (séculos XIII-XVI).

Só o traçado desta última é seguro. O das restantes é hipotético, embora estejam já cartografados alguns troços do percurso da muralha do Baixo Império. A importância de Braga como nó rodoviário deve ser sublinhada. As considerações sobre os acessos à romana urbe carecem de um estudo mais profundo, que está a ser realizado, mas é inegável a sua marca na morfologia da cidade.

Os caminhos e estas muralhas, a par de outros factores que não abordámos, construíram a Braga dos sucessivos mapas e que sofreu distorções inesperadas nas últimas décadas, de tal modo que as possíveis visualizações só podem ser garantidas no domínio da realidade virtual.



Planta de Braga com implantação da malha urbana teórica da cidade romana e alinhamentos dos principais edifícios. (*Cadernos de Arqueologia, Série II, 6-7, 1989-90, pp. 11-38*).

## NOTAS

<sup>1</sup> Devemos aceitar a possibilidade destas vias terem sido instaladas sobre um corredor pré-existente.

<sup>2</sup> Este número, como aliás os restantes, não reflectem uma ordem estabelecida na época romana, mas referem-se apenas à sequência pela qual as vias são citadas num dos mais antigos manuscritos medievais que reproduziram o Itinerário de Antonino (Roldán Hervas, 1975).

## BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal*, 1, Aris e Phillips Ltd, Warminster.
- BAPTISTA, A. M.; ENCARNAÇÃO, J. d'; e LEMOS F. S. (1996) – *A via XVIII do Itinerário de Antonino da Serra do Gerês/Xurês*; ed. PNPG.
- BARRADAS, Lerenó Antunes (1956) – Vias Romanas das Regiões de Chaves e Bragança. *Revista de Guimarães*, 66 (1-2), Guimarães, pp. 160-240.
- BLOCH, March (1964) – *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, Armand Colin, 5.ª ed., Paris.
- CLARK, Grahame (1992) – *Space, Time and Men*, Cambridge University Press.
- GOMES, M. V. (?) – As comunicações na Proto-História em Portugal, *Cuadernos de San Benito*.
- HARVEY, P. D. A. (1980) – *The History of Topographical Maps*, Thames and Hudson, Londres.
- LEMOS, F. S. (1993) – O povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental (dissertação de Doutoramento), Universidade do Minho, Braga.
- LEMOS, F. S. (1994) – Relatório dos trabalhos arqueológicos efectuados na zona da muralha (Quinta do Fujacal), Braga.
- LEMOS, F. S. e BAPTISTA, A. M. (1996) – Estudos Arqueológicos na Via Nova na Serra do Gerês (milhas XXIX-XXXIV) (a publicar nas actas do Colóquio sobre a Rede Viária da *Callaecia*).
- LOEWINSHOHN, E. (1965) – Una calzada e dos acampamentos romanos del Conventus Asturum, *Archivo Español de Arqueología*, 28, pp. 26-49.

- LÉVI-STRAUSS, Claude (1962) – *La Pensée Sauvage*, Librairie Plon, Paris.
- MARQUES, J. (1986) – O Castelo de Braga (1350-1450), *Mínia*, 2.ª Série, 8, Braga, pp. 5-34.
- MAIR, Lucy (1988) – *Primitive Government*, Indiana University Press, Bloomington.
- MARTINS, Manuela (1995) – A ocupação romana da região de Braga: Balanço e Perspectivas de Investigação, *Actas do Congresso Histórico Alberto Sampaio*, Guimarães, 1995.
- MARTINS, M. e DELGADO, M. (1989-1990) – História e Arqueologia de uma cidade em devir, *Cadernos de Arqueologia*, 2.ª Série, 6-7, Braga, pp. 11-40.
- (1989-1990a) – As necrópoles de Bracara Augusta. A. Os dados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, 2.ª Série, 6-7, Braga, pp. 41-187.
- TAINTER, J. A. (1988) – *The Collapse of Complex Societies*, Cambridge University Press, Cambridge.
- TRANOY, Alain (1995) – La route, image et instrument du pouvoir impérial dans le nord-ouest ibérique (a publicar nas actas do Colóquio sobre A Rede Viária da *Callaecia*).
- ROLDAN, Hervas (1975) – *Itinerária Hispania. Fuentes Antiguas para el Estudio de las Vias Romanas en Península Ibérica*. Universidades de Valladolid e Granada, Madrid.